

POLÍCIA FEDERAL (PF)
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGA NO CARGO DE DELEGADO DE
POLÍCIA FEDERAL

PROVA ORAL

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 1

Considere a seguinte situação hipotética:

Em meio a uma situação de urgência e iminente perigo público, durante uma perseguição a criminoso, um policial exigiu de um particular o uso de seu veículo automotivo, por não ter meio de locomoção disponível no momento.

A partir dessa situação hipotética, atenda ao que se pede a seguir.

- 1 Discorra sobre a modalidade de intervenção do Estado aplicável ao caso.
- 2 Explícite as espécies dessa modalidade de intervenção.
- 3 Explique a abrangência do objeto da intervenção.
- 4 Esclareça se é possível indenização pelo uso do bem e especifique o que a justificaria.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

11.14 Requisição da propriedade privada.

PADRÃO DE RESPOSTA

Trata-se de requisição administrativa, modalidade de intervenção do estado na propriedade particular em que, diante de uma situação de perigo público iminente, o Estado – por meio de seus agentes – se vale de bens ou serviços particulares. Tal modalidade possui fundamento no art. 5.º, XXV, da Constituição Federal de 1988, que prevê que “no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano”.

A requisição administrativa pode ser civil ou militar. A primeira visa a evitar danos à vida, à saúde e aos bens da coletividade; a segunda objetiva resguardar a segurança interna e a manutenção da soberania nacional diante de conflito armado etc.

O objeto da requisição abrange bens móveis, bens imóveis e(ou) serviços particulares (ambulância ou serviços médicos de determinado hospital privado, ginásios privados para alojamento de desabrigados). A indenização pelo uso dos bens é condicionada, ou seja, o proprietário fará jus à indenização se houver dano, sendo sempre ulterior, conforme comando constitucional.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

Ouç a explanação do candidato a respeito da questão e, caso ele não tenha exaurido a resposta esperada de acordo com o estabelecido no padrão de respostas previsto para a questão, conduza a arguição da forma a seguir apresentada.

- 1 Que modalidade de intervenção do Estado fica evidenciada na situação hipotética?
- 2 Quais são as espécies dessa modalidade de intervenção?

- 3 A intervenção abrange outros bens ou serviços?
- 4 Essa modalidade de intervenção gera obrigação de indenizar? Em caso afirmativo, o que justificaria a indenização?

Atenção! Somente deverão ser feitos os questionamentos referentes aos aspectos não explorados ou explorados de maneira equivocada pelo candidato em sua resposta inicial. Caso ele já tenha tratado corretamente de algum aspecto explorado nas perguntas a seguir, o examinador deverá abster-se de fazê-las e realizar a respectiva avaliação do candidato.

Finalize sua arguição com a expressão: **Sem mais perguntas.**

POLÍCIA FEDERAL (PF)
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGA NO CARGO DE DELEGADO DE
POLÍCIA FEDERAL

PROVA ORAL

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 2

Considere a seguinte situação hipotética:

Instaurada comissão parlamentar de inquérito (CPI), no âmbito do Congresso Nacional, para investigação de apostas ilegais, a comissão requereu diretamente às operadoras de telefonia o fornecimento das cópias da decisão judicial e do mandado judicial que determinaram a interceptação telefônica no curso de processo sob segredo de justiça que investigava o mesmo fato.

Em outra frente, dando prosseguimento aos trabalhos, a CPI, com base em relatório de diligências enviado pela Polícia Federal que apontava indícios da prática de crimes, determinou a quebra dos sigilos fiscal e bancário dos investigados, além de medida cautelar relativa à indisponibilidade de seus bens.

Com relação à situação hipotética apresentada, atenda ao que se pede a seguir, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- 1 Esclareça se é viável a requisição feita pela CPI às operadoras de telefonia.
- 2 Explique se são válidas as determinações da CPI relativas à quebra de sigilo bancário e fiscal e à medida cautelar de indisponibilidade de bens dos investigados.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

5.5 Garantias constitucionais individuais. 6 Poder Legislativo: fundamento, atribuições e garantias de independência.

PADRÃO DE RESPOSTA

(1) A requisição feita pela CPI às operadoras de telefonia não é viável. Conforme entendimento do STF, formalizado no âmbito do MS 27483 MC-Ref, em atenção ao princípio da separação dos poderes, o segredo de justiça é oponível às CPI, que não podem, de modo algum, quebrar sigilo legal ou constitucional imposto a processo judiciário, uma vez que a matéria está submetida à reserva de jurisdição, observado o art. 5.º, inciso LX, da Constituição Federal de 1988 (CF). Além disso, a requisição da decisão judicial refere-se à verificação da legalidade do processo judicial, o que não pode ser objeto de trabalho da CPI.

(2) As determinações de quebra de sigilo bancário e fiscal são legítimas, porquanto, à luz do entendimento do STF (MS 24.217), observado o texto constitucional (art. 58, § 3.º), as CPI possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podendo promover quebra de sigilo, a partir de ato fundamentado com base em indícios que demonstrem a conveniência da ação. Por outro lado, com relação à medida cautelar de indisponibilidade de bens, a determinação da CPI é ilegítima, uma vez que, segundo o STF, a CPI não possui **todos** os poderes das autoridades judiciais, de modo que essa última

determinação está submetida à reserva de jurisdição (MS 39382), visto que a CPI apenas apura fatos, não os processa nem julga.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

Ouça a explanação do candidato a respeito da questão e, caso ele não tenha exaurido a resposta esperada de acordo com o estabelecido no padrão de respostas previsto para a questão, conduza a arguição da forma a seguir apresentada.

Atenção! Somente deverão ser feitos os questionamentos referentes aos aspectos não explorados ou explorados de maneira equivocada pelo candidato em sua resposta inicial. Caso ele já tenha tratado corretamente de algum aspecto explorado nas perguntas a seguir, o examinador deverá abster-se de fazê-las e realizar a respectiva avaliação do candidato.

- 1 Qual o entendimento do STF acerca da determinação de quebra do sigilo judicial por CPI?
- 2 O poder de investigação de uma CPI abrange a requisição de cópia de decisão judicial sob sigredo de justiça?
- 3 Há algum preceito constitucional que versa sobre os poderes investigatórios da CPI? Que requisito essencial a CPI deve observar para promover a quebra de sigilo bancário e fiscal?

Finalize sua arguição com a expressão: **Sem mais perguntas.**

POLÍCIA FEDERAL (PF)
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGA NO CARGO DE DELEGADO DE
POLÍCIA FEDERAL

PROVA ORAL

DIREITO PENAL

QUESTÃO 3

Com base na Lei n.º 9.613/1998, que dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como nas alterações promovidas pela Lei n.º 12.683/2012, atenda ao que se pede a seguir.

- 1 Discorra sobre o conceito e a classificação do crime de lavagem de dinheiro.
- 2 Aborde pelo menos duas das principais mudanças introduzidas pela Lei n.º 12.683/2012.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

4 Teoria do tipo. 4.1 Crime doloso e crime culposo. 10.18 Lei n.º 9.613/1998 e suas alterações (Lavagem de dinheiro).

PADRÃO DE RESPOSTA

(1) A lavagem de dinheiro é um crime formal, de natureza permanente e plurissubsistente, que se consuma com qualquer uma das condutas previstas no *caput* do art. 1.º da Lei n.º 9.613/1998, qual seja ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.

Trata-se de crime **comum**, **plurissubsistente** (costuma realizar-se por meio de vários atos), **autônomo** (não absorve a infração penal antecedente, caracterizando o concurso material de crimes), de **natureza acessória** (depende da efetiva prática de uma infração penal antecedente), **material** (só se consuma com a produção do resultado naturalístico), **permanente** (a consumação se prolonga no tempo, enquanto os bens, direitos e valores estiverem ocultados ou dissimulados) e **doloso**, exigindo conduta consciente e voluntária de ocultar ou dissimular a origem ilícita dos valores. A lavagem de dinheiro é, essencialmente, um crime patrimonial sofisticado, que visa **desvincular o produto do crime de sua origem ilícita**, permitindo sua reinserção no sistema financeiro formal.

(2) A Lei n.º 12.683/2012 trouxe mudanças significativas para tornar mais eficiente a persecução penal da lavagem de capitais. **Com a reforma promovida pela referida lei, todo o rol de crimes antecedentes previstos na Lei n.º 9.613/1998 foi suprimido.** Antes, **apenas certos crimes podiam ser antecedentes à lavagem, a exemplo do tráfico de drogas, extorsão mediante sequestro, tráfico de armas terrorismo etc.** Após a reforma, **qualquer infração penal pode ser considerada antecedente, incluindo-se contravenções penais.** Ao mesmo tempo, passou a ser **dispensável a condenação ou até mesmo a identificação do autor do crime antecedente.** bastando a demonstração de que os bens têm origem ilícita, na forma do que dispõe o artigo 2.º, II, introduzido pela nova lei, nos seguintes termos:

Art. 2.º O processo e julgamento dos crimes previstos nesta Lei:

II – independem do processo e julgamento das infrações penais antecedentes, ainda que praticados em outro país, cabendo ao juiz competente para os crimes previstos nesta Lei a decisão sobre a unidade de processo e julgamento; (redação dada pela Lei n.º 12.683, de 2012)

Da mesma forma, a Lei n.º 9.613/1998 não esclarecia se havia o crime de lavagem no caso de estar

extinta a punibilidade do crime antecedente. **Com a alteração do parágrafo 1.º do art. 2.º, ficou explícito que ainda que esteja extinta a punibilidade da infração penal antecedente, poderá haver o crime de lavagem.**

Art. 2.º O processo e julgamento dos crimes previstos nesta Lei:

§ 1.º A denúncia será instruída com indícios suficientes da existência da infração penal antecedente, sendo puníveis os fatos previstos nesta Lei, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor, ou extinta a punibilidade da infração penal antecedente. (redação dada pela Lei n.º 12.683, de 2012)

Ademais, na redação originária da Lei n.º 9.613/1998, o art. 1.º, § 2.º, inciso I, previa expressamente a exigência de que o agente tivesse conhecimento da origem ilícita dos bens, condicionando a punição à certeza sobre a proveniência dos recursos de algum dos crimes antecedentes expressamente elencados.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 12.683/2012, houve a **supressão da expressão “que sabe”** do referido dispositivo legal. Essa alteração legislativa implicou **significativa ampliação do tipo subjetivo, afastando a exigência exclusiva do dolo direto e admitindo, em determinadas hipóteses, a responsabilização com base no dolo eventual.**

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

Ouç a explanação do candidato a respeito da questão e, caso ele não tenha exaurido a resposta esperada de acordo com o estabelecido no padrão de respostas previsto para a questão, conduza a arguição da forma a seguir apresentada.

Atenção! Somente deverão ser feitos os questionamentos referentes aos aspectos não explorados ou explorados de maneira equivocada pelo candidato em sua resposta inicial. Caso ele já tenha tratado corretamente de algum aspecto explorado nas perguntas a seguir, o examinador deverá abster-se de fazê-las e realizar a respectiva avaliação do candidato.

- 1 O que se entende por crime de lavagem de dinheiro, nos termos da Lei n.º 9.613/1998?
- 2 Como a doutrina classifica o crime de lavagem de dinheiro? É crime transitório ou permanente? Comum ou especial?
- 3 O crime de lavagem de dinheiro é autônomo em relação ao crime antecedente? Ele absorve ou concorre com este?
- 4 Com as alterações da Lei n.º 12.683/2012, é possível a responsabilização por lavagem mesmo se extinta a punibilidade do crime antecedente?
- 5 Existe na legislação atual um rol taxativo de crimes antecedentes?
- 6 Exige-se o prévio conhecimento da origem ilícita do dinheiro para a punição do crime?

Finalize sua arguição com a expressão: **Sem mais perguntas.**

POLÍCIA FEDERAL (PF)
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGA NO CARGO DE DELEGADO DE
POLÍCIA FEDERAL

PROVA ORAL

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 4

O direito probatório apresenta-se como um ramo de extrema relevância no processo penal e encontra regulamentação no Título VII do Código de Processo Penal, que trata especificamente das provas. Em 2019, o referido código foi objeto de reforma, tendo-lhe sido introduzido um tema central do direito processual penal: a cadeia de custódia da prova.

Tendo o texto acima como referência inicial, e considerando que o delegado de Polícia Federal, no âmbito da investigação criminal, deve observar as normas e os princípios regentes do direito probatório, discorra sobre os princípios da fiabilidade probatória e da mesmidade, considerados pilares da cadeia de custódia da prova.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

7. Provas. 7.1 Conceito, objeto, classificação e sistemas de avaliação. 7.2. Princípios gerais da prova, procedimento probatório.

PADRÃO DE RESPOSTA

Em decorrência do comando constitucional de inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos (Constituição Federal de 1988, art. 5.º, inciso LVI), a cadeia de custódia da prova encontra nos princípios da fiabilidade probatória e da mesmidade seus pilares fundantes.

Com efeito, o princípio da fiabilidade probatória refere-se à avaliação do modo de ingresso do elemento probatório na persecução criminal, ou seja, significa estabelecer um filtro de entrada, com a finalidade de permitir a sua subsequente análise e valoração. Dessa forma, a fiabilidade probatória é uma etapa prévia, lógica e cronológica de admissibilidade do elemento probatório, permitindo-se, em momento posterior, a sua utilização e valoração ao longo do processo penal. Trata-se de realizar um controle prévio de qualidade da prova, no que concerne ao respeito aos parâmetros de obtenção, coleta, produção e preservação de integridade desse elemento probatório. Constitui o que a doutrina denomina “prova sobre a prova”, que garante a comprovação da licitude dos procedimentos de obtenção e de preservação dos elementos probatórios.

A seu turno, o princípio da mesmidade reveste-se a partir de um comando universal de autenticidade da prova. Cuida de determinar que o mesmo elemento que foi identificado e coletado na cena do crime é o mesmo que será utilizado ao longo da marcha processual, em todos os seus processos decisórios. O princípio da mesmidade funda-se, portanto, na garantia da preservação e da integridade do elemento probatório, conferindo-lhe elevado grau de confiança quando utilizado no processo penal.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

Ouç a explanação do candidato a respeito da questão e, caso ele não tenha exaurido a resposta esperada de acordo com o estabelecido no padrão de respostas previsto para a questão, conduza a arguição da forma a seguir apresentada.

Atenção! Somente deverão ser feitos os questionamentos referentes aos aspectos não explorados ou explorados de maneira equivocada pelo candidato em sua resposta inicial. Caso ele já tenha tratado corretamente de algum aspecto explorado nas perguntas a seguir, o examinador deverá abster-se de fazê-las e realizar a respectiva avaliação do candidato.

- 1 Em que consiste o princípio da fiabilidade probatória?
- 2 Qual a importância do princípio da fiabilidade probatória para a comprovação da licitude dos procedimentos de obtenção e de preservação dos elementos probatórios?
- 3 Em que consiste o princípio da mesmidade?
- 4 Qual o fundamento do princípio da mesmidade?

Finalize sua arguição com a expressão: **Sem mais perguntas.**